



A AMAZÔNIA PROFUNDA NO VIÉS DO DESENVOLVIMENTO: RESISTÊNCIA DOS INDÍGENAS KATXUYANA FRENTE A IMPLANTAÇÃO DA HIDRELÉTRICA CACHOEIRA PORTEIRA

The deep Amazon from the development bias: resistance of the Katxuyana indigenous in the face of the implementation of the Cachoeira Porteira hydroelectric power

La Amazonia profunda en el sesgo del desarrollo: resistencia de los indígenas Katxuyana frente a la implantación de la hidroeléctrica Cachoeira Porteira

RESUMO

A pesquisa analisa a resistência do povo indígena Katxuyana frente ao projeto hidrelétrico de Cachoeira Porteira (região do Trombetas, oeste do Pará). Como procedimentos metodológicos, utilizou-se o discurso do sujeito coletivo, com questões abertas, trabalho de campo e revisão bibliográfica e documental. A pesquisa fez um recorte territorial dos indígenas Katxuyana, que viveram por mais de 30 anos em outros territórios na região. A retomada do projeto hidrelétrico de Cachoeira Porteira, pensado no período da ditadura militar (1964 a 1985), a partir das políticas desenvolvimentistas, foi o motivo de grande apreensão para o povo Katxuyana, sobretudo pela incerteza do futuro do seu território, que se encontra ameaçado por estar localizado na área de influência da Usina Hidrelétrica.

Palavras-chave: Desterritorialização; povo Katxuyana; Amazônia.

* Graduada (Licenciatura e Bacharelado) em Geografia pela Universidade Federal do Pará - UFPA (2012). Professora da Rede Estadual de Ensino do Estado do Amazonas (2012). Especialista em Metodologia do Ensino de Geografia pela Universidade do Estado do Amazonas - UEA (2016). Mestre em Geografia pela Universidade Federal de Rondônia- UNIR (2021). Doutoranda em Geografia pela UNIR (a partir de 2023). Participa do Grupo de Pesquisa Geografia, Natureza e Territorialidades Humanas - GENTEH/UNIR.

* * Doutor em Geografia pela Universidade Federal do Paraná (UFPR); Professor do Departamento de Geografia e do Programa de Pós-Graduação Mestrado e Doutorado em Geografia da Universidade Federal de Rondônia (PPGG/UNIR). Grupo de Pesquisa Geografia, Natureza e Territorialidades Humanas - GENTEH/UNIR.

ABSTRACT

The research analyzes the resistance of the Katxuyana indigenous people to the Cachoeira Porteira hydroelectric project (Trombetas region, western Pará). As methodological procedures, the discourse of the collective subject was used, with open questions, fieldwork and bibliographic and documentary review. The research took a territorial look at the Katxuyana indigenous people, who lived for more than 30 years in other territories in the region. The resumption of the Cachoeira Porteira hydroelectric project, designed during the period of the military dictatorship (1964 to 1985), based on developmental policies, was the reason for great apprehension for the Katxuyana people, especially due to the uncertainty of the future of their territory, which is threatened by being located in the area of influence of the Hydroelectric Plant.

Keywords: Deterritorialization; Katxuyana People; Amazon.

RESUMEN

La investigación analiza la resistencia del pueblo indígena Katxuyana al proyecto hidroeléctrico Cachoeira Porteira (región de Trombetas, oeste de Pará). Como procedimientos metodológicos se utilizó el discurso del sujeto colectivo, con preguntas abiertas, trabajo de campo y revisión bibliográfica y documental. La investigación tuvo una mirada territorial sobre el pueblo indígena Katxuyana, que vivió durante más de 30 años en otros territorios de la región. La reanudación del proyecto hidroeléctrico Cachoeira Porteira, diseñado durante el período de la dictadura militar (1964 a 1985), basado en políticas desarrollistas, fue motivo de gran aprensión para el pueblo Katxuyana, especialmente por la incertidumbre sobre el futuro de su territorio, la cual se encuentra amenazada por ubicarse en el área de influencia de la Central Hidroeléctrica.

Palabras clave: Desterritorialización; pueblo katxuyana; Amazonas.

INTRODUÇÃO

Nos últimos anos tem sido instalados diversos projetos de infraestrutura na Amazônia Legal, tendo destaque as usinas hidrelétricas, sob a justificativa de que a região apresenta um grande potencial hídrico para a geração de energia elétrica (Brasil, 2013). No oeste paraense, na bacia do rio Trombetas, o anúncio da retomada do projeto hidrelétrico de Cachoeira Porteira viola a permanência dos direitos territoriais, tradicionalmente ocupados por populações indígenas, a exemplo do povo Katxuyana, que tem seu território afetado diretamente por estar localizado na área de influência da usina (Penha; Silva, 2022).

A implantação de uma usina hidrelétrica (UHE) expressa mudanças no uso do território, uma vez que se constitui numa grande infraestrutura, capaz de mobilizar um grande volume de capital (Cavalcante, 2018). Em geral, as UHE buscam suprir demandas energéticas nacionais que, geralmente, são direcionadas para o atendimento as grandes empresas e incorporações ligadas a macro escala econômica, desconfigurando toda ordem histórica, social e ambiental dos territórios onde são instaladas (Costa Silva, 2022).

Na maioria das vezes, o encontro do capital com a apropriação dos recursos hídricos – a exemplo da hidrelétrica de Santo Antônio, no rio Madeira, é marcado por conflitos socioambientais que envolvem os povos e comunidades tradicionais que habitam a região. O empreendimento citado acima atingiu várias comunidades, especialmente a Vila Teotônio, que foi totalmente submersa, junto com a cachoeira que possui o mesmo nome. Outra situação é a hidrelétrica de Belo Monte, no rio Xingu, que desterritorializou comunidades indígenas e ribeirinhas. A respeito desse empreendimento, Lideranças indígenas denunciaram internacionalmente a falta de consulta prévia, por parte do governo brasileiro e outros responsáveis pelo projeto. Deve-se mencionar também a hidrelétrica de Balbina, no rio Uatumã, que na década de 1970 desapropriou centenas de famílias, com áreas diretamente impactadas, próximo de 10.300km², logo, foi uma das primeiras hidrelétricas de grande porte construída na Amazônia (Cavalcante, 2018; Paz, 2006; Ramos, 1986).

Dentre os diversos impactos ocasionados pelas UHE, a desterritorialização da população afetada é o mais violento, principalmente nas áreas remotas, deixando as comunidades com perdas que não compõe apenas o valor material, mas inclui, também, as perdas imaterial, simbólico e cultural (Fernandes, 2005).

Em conformidade com Haesbaert (1997, 2004, 2005), o processo de desterritorialização corresponde a uma perda de referências espaciais, através do desenraizamento involuntário, à perda de autonomia e liberdade na apropriação simbólica e funcional do espaço geográfico e, conseqüentemente, desajuste de afirmação identitária e econômica.

Dentre os grupos tradicionais que habitam a Amazônia, os povos indígenas são diferenciados por suas características socioculturais distintas, em decorrência de que, os seus territórios têm “valores que se caracterizam no pertencimento identitário-cultural e coletivo” (Almeida Silva, 2015, p. 29), o que pode ser sentido de modo mais drástico, em virtude dos efeitos provenientes da expansão dos projetos hidrelétricos que incidem sobre seus territórios.

Portanto, faz-se necessário promover uma discussão sobre a retomada do megaprojeto hidrelétrico de Cachoeira Porteira, que atingirá várias comunidades em torno dessa usina, contudo, iremos enfatizar o território dos Katxuyana, mediante às variáveis envolvidas neste processo. Tem como objetivo analisa a resistência dos Katxuyana frente ao projeto hidrelétrico de Cachoeira Porteira perante ao eminente processo de desterritorialização e suas possíveis perdas, materiais e imateriais.

Com base em levantamentos bibliográfico e documental, concatenado a observação empírica, questões emergiram: I) como ocorrem as articulações entre os “atores” envolvidos (estado e capital) do projeto hidrelétrico, principalmente nas tomadas de decisão com os sujeitos potencialmente atingidos em esfera local? II) como os indígenas Katxuyana fazem resistência perante o anúncio de desterritorialização potencializados pela hidrelétrica? Estas são algumas das inquietações que alicerçaram a pesquisa, visto que o povo indígena Katxuyana recentemente reocupou seu território de origem, encerrando todo um histórico de migrações forçadas na região de estudo.

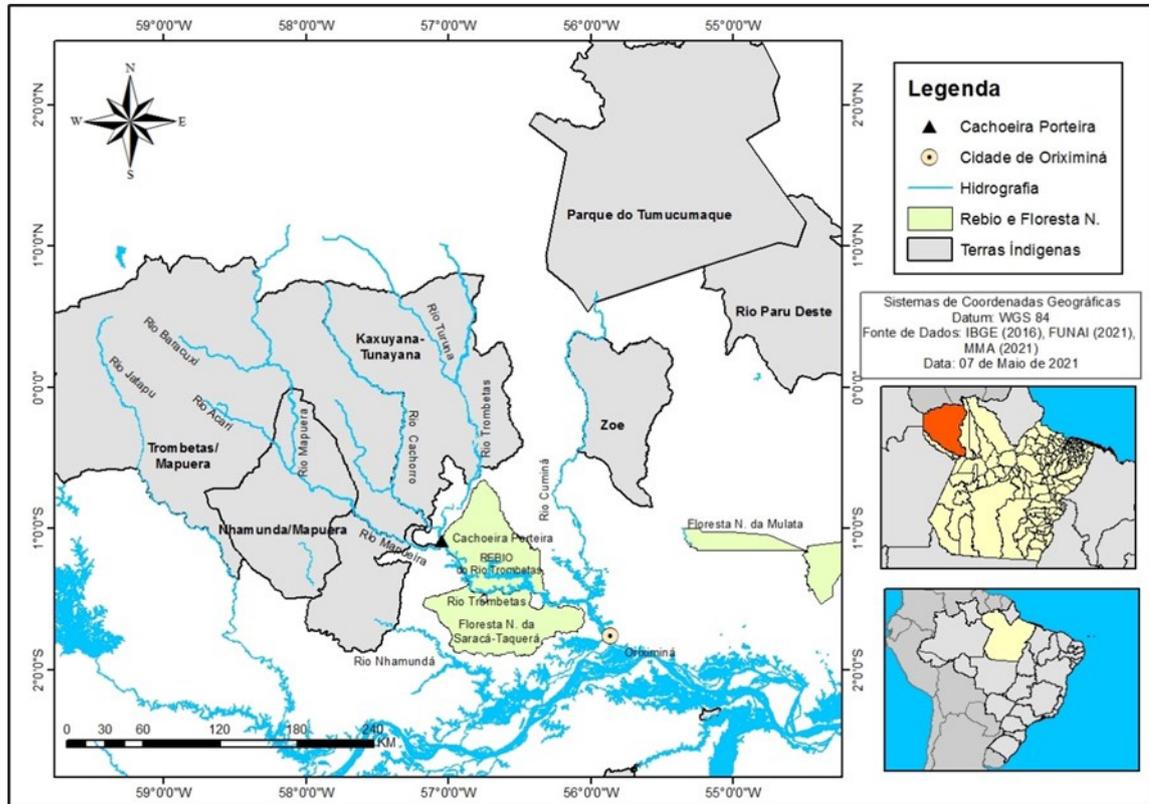
A pesquisa foi realizada em três (3) etapas: a) levantamento documental e bibliográfico, o qual permitiu compreender os possíveis impactos às populações humanas causados pela implantação das hidrelétricas, relacionando-as aos indígenas Katxuyana para, então, elaborar questões sobre as atividades desenvolvidas pelo coletivo local; b) trabalho de campo, com o objetivo de conhecer a realidade do coletivo indígena e seu território, além da realização de entrevistas gravadas e anotações referente as observações de campo; c) análise das informações coletadas, com vistas a identificar os impactos, materiais e simbólico, para o povo e o território Katxuyana.

Recente reocupação do território no rio cachorro

O povo Katxuyana, falante da língua Katxuyana, do grupo Parukotoano, ramo guianense da família linguística karib (Meira, 2006), vive na região da bacia do rio Trombetas, às margens do rio Cachorro e de outros rios subsidiários no município de Oriximiná, oeste paraense (Mapa 1). Para se chegar no território Katxuyana parte-se da cidade de Oriximiná, com a utilização de

transportes aquáticos, como barcos, lanchas e canoas, pelo rio Trombetas até chegar ao rio Cachorro.

Mapa 1 - Mapa da bacia do rio Trombetas, 2021



Fonte: Penha e Silva (2022).

Essa região é uma das áreas mais preservadas da Amazônia brasileira, com grande parte coberta por florestas e com baixa densidade populacional (0,4 hab/km²), sendo habitada por comunidades ribeirinhas, quilombolas e povos indígenas, que no decorrer do processo histórico, social e cultural de ocupação, tiveram a mata/floresta como proteção e refúgio das mazelas e da perversidade humana que o capitalismo produziu nessa região.

As principais fontes historiográficas sobre Katxuyana e os demais indígenas que habitavam a extensa bacia do Trombetas datam do século XVII e início do século XVIII. Trata-se de documentos escritos por viajantes, cronistas e missionários europeus. Entre esses escritos, temos os relatos produzidos pelo Frei São Manços, onde se encontram as primeiras menções aos índios Katxuyana, os “Caxonerá”, durante suas viagens de exploração à região do rio Trombetas, entre os anos de 1725 e 1728 (Frikel, 1970).

No entanto, o contato com os Katxuyana do rio Cachorro e demais vizinhos indígenas, foi obtido na primeira metade do século XX pelo frey Protásio Frikel, através dos trabalhos de campo, “cuja experiência e visitas aos povos da bacia do Trombetas aconteceram entre os anos de 1940 e 1970” (Girardi, 2011, p. 23).

Em conformidade com Frikel (1970), a tradição oral Katxuyana explica que o grupo atual descende de uma mesclagem de dois elementos étnicos, migrados da área do Trombetas/Kaxúru. Um deles foi constituído por migrantes do oeste do Pará, na mesorregião do Baixo Amazonas que se tornaram Kaxúyana em sentido próprio; os outros eram os Arikyana ou Waríkyana, procedentes do leste, das regiões da foz do Amazonas (Frikel, 1970, p. 9). De acordo com Frikel, os Katxuyana relatam que:

Perguntados sobre sua tribo, responderam claramente: “nós somos um povo ‘misturado’. Alguns (grupos) subiram o Amazonas e Trombetas; outros baixaram vindo das cabeceiras dos rios Cachorro, Cachorrinho e Trombetas e das altas serras de mais além. Encontram-se aqui no Cachorro. Primeiro brigaram, depois se ajeitaram; e por fim se misturaram” (Frikel, 1970, p. 9).

Frikel obtém dados orais dos Katxuyana que a ocupação dos povos indígenas na bacia do rio Trombetas, que descendem do contato interétnico de diferentes povos indígenas, devido à perseguição da “coroa portugueses” ou “brancos”, subiram o rio Amazonas e depois o rio Trombetas.

Quando Marawará chegou, ficou primeiro com panano em Txurutá-húmu. Mas depois o português veio também perseguir prê?nó ali e matou muita gente. Tawírikemá resolveu ir embora e partiu com tôda a gente dêle. Mudou-se para a terra dos Pawíxi e ficou morando na região da boca do Trombetas. Primeiro, todos ficaram juntos. Depois, Pawíxi foi embora. Subiu o Paríkuru (Cuminá) e fêz grande maloca do Ponékuru (Penecura). Panano também foi embora, com os outros. Subiu o Rio Grande, o Kahú. Ali, prê?nó se espalhou. Alguns ficaram no rio morto. Outros entraram no rio Kaxúru e Txôrôwáhô e ai viraram Kaxúyana. Outros ainda ficaram no Yaskurí: são os Waríkyana. Panano subiu mais ainda e foi morar nas cabeceiras dos braços (=afluentes) do Kahú; tornaram-se Káhyana. Mêrêwá foi também, mas entrou muito mais para dentro, para o centro. E lá ainda está (Frikel, 1970, p. 21).

Os indígenas da região do rio Trombetas, os chamados “índios do Trombetas”, sofreram um definhamento pelas doenças, a partir do contato com os não indígenas e, também, as lutas internas. De acordo com Frikel (1970), isso ocorreu a partir de meados do século XIX e XX, com o aparecimento de graves doenças, a exemplo de uma epidemia de sarampo ocorrida na década de 1920, descrita como uma das mais devastadoras Katxuyana, com os quais Frikel teve contato nos anos de 1940, no início do século XX, constituíam um grupo “grande e numeroso”, com uma

população entre 300 e 500 indivíduos (Frikel, 1970). Entretanto, em 1925, por ocasião da já referida epidemia de sarampo, o grupo teria reduzido drasticamente, restaram vivos entre 80 e 90 indivíduos.

Em 1968 os Katxuyana resolveram abandonar suas terras para morar em locais distantes com outros povos do Karib. Somando menos de 70 pessoas, estavam diante de um eminente risco de desaparecimento, sendo que suas opções de casamentos eram restritas, devido a seu sistema de organização social, de modo que estavam diante de um eminente risco de extinção. Os Katxuyana tiveram que tomar a difícil decisão de abandonar suas casas, roças e seus animais de estimação e dividiram-se em dois grupos (mapa 2). Com o auxílio da Força Aérea Brasileira (FAB) e de missionários franciscanos, a maioria pariu de seu território na bacia do Trombetas para viver no território dos Tiriyo, outro grupo falante de uma língua da família Caribe (karib), numa missão franciscana, no Tumucumaque, na região do Alto Paru de Oeste; enquanto um grupo de 5 ou 6 indivíduos resolveu juntar-se Hixkaryana, também falantes de línguas Caribe, junto com a missão Kassawá, instalada pelos evangélicos do *Summer Institute of Linguistics* (SIL) no rio Nhamundá (Caixeta De Queiroz, 2008 *apud* Penha; Silva, 2022; Caixeta De Queiroz; Girardi, 2012; Grupioni, 2010 *apud* Penha; Silva, 2022).

Mapa 2 - Localização da Missão Tiriyo na Terra Indígena Parque do Tumucumaque e com os Hixkaryana no rio Nhamundá



Fonte: Instituto de Pesquisa e Formação Indígena, (2017).

A migração do povo Katxuyana compreende um longo processo de deslocamento no tempo e no espaço vivido. Ruben Caixeta de Queiroz e Luísa Gonçalves Girardi (2012) optaram por abordar a migração como exemplo de processo de fusão e dispersão praticado pelos povos da Guiana. Esse “movimento de dispersão-fusão é constitutivo do socius e da cosmologia ameríndia”

A recente reocupação dos Katxuyana em seu território de origem, na região da bacia do rio Trombetas, às margens do rio Cachorro e de outros tributários, no município paraense de Oriximiná, se deu no início dos anos 2000, apenas parte dos Katxuyana voltou. Primeiro foi uma família, e logo em seguida as demais famílias que são parentes a esta, que se deslocaram para o rio Cachorro. Eles procuraram sua antiga aldeia, onde viveram por mais de uma década, sob a chefia de Juventino Matxuwaya. Foi assim que, em 2003, filhos e parentes deste líder fundaram a aldeia Warahatxa Yowkuru, no lugar da patatpo (aldeia velha), a antiga aldeia Santidade, como é conhecida em português (fig. 1). Naquela velha aldeia, antes de migrarem, Juventino Matxuwaya vivia com sua família. Passados quase meio século, foi nesse lugar que os Katxuyana decidiram reconstruir sua aldeia.

Figura 1 - Aldeia Santidade no rio Cachorro afluente do rio Trombetas



Fonte: ISA, 2019 (Grupione, 2008 *apud* Penha; Silva, 2022, p. 95).

No retorno ao rio Trombetas, Cachorro e afluentes, os povos indígenas se reorganizaram politicamente para lutar por seus direitos pela demarcação de suas terras tradicionalmente ocupadas, criando a Associação Indígena Kaxuyana, Tunayana e Kahyana – AIKATUK, para lutarem, politicamente, por seus direitos.

Em 2005 os Katxuyana se mobilizaram e enviaram documentos solicitando para a Fundação Nacional do Índio – FUNAI a formalização para a regularização fundiária. Mas, somente em julho de 2008 a Funai constituiu uma equipe técnica para realizar o Relatório Circunstanciado de Identificação e Delimitação da Terra Indígena – RCID da TI Kaxuyana-Tunayana (Portaria 875 de 31/07/2008), sendo concluídos em 2013. Sendo publicado pela Funai o Relatório de Identificação e Delimitação da Terra Indígena Kaxuyana-Tunayana, onde vivem os povos Katxuyana, Tunayana, Kahyana, Katuena, Mawayana, Tikiyana, Xereu- Hixkaryana, Xereu-Katuena e isolados, no dia 20 de outubro de 2015 (Figura 2).

Figura 2 - Reunião dos indígenas sobre a regularização dos seus territórios, 2014



Fonte: Instituto de Pesquisa e Formação Indígena (2014).

A publicação do relatório era uma das demandas conjunta dos grupos indígenas e quilombolas de Oriximiná. Após a publicação do Relatório, veio a homologação. Em setembro de 2018 a Terra Indígena foi declarada pelo Ministro da Justiça. Porém, o último passo para a

finalização é o registro em cartório pelo Presidente da República que, até o momento da pesquisa, não ocorreu (Instituto de Pesquisa e Formação Indígena, 2020).

A Amazônia profunda no viés do desenvolvimento: o caminho de exploração na bacia do Trombetas

Desde o século XIX, pesquisadores têm enumerado os recursos naturais que podem ser explorados na bacia do rio Trombetas, mas, até a metade do século XX, as explorações econômicas dessa área estavam atreladas ao extrativismo vegetal, borracha, castanha, cacau, breu, copaíba, produtos madeireiros, como também, a caça para a obtenção de peles, mesmo após a proibição. Posteriormente, os recursos minerais, como bauxita e calcário, são explorados (Farias Júnior, 2016).

A partir da metade da década de 1960, a bacia do rio Trombetas foi alvo de políticas públicas que previam a sua integração ao Brasil, o qual se tornou espaço de inúmeras obras de desenvolvimento econômico, com implantação de projetos infraestrutura rodoviária e hidrelétrica.

O desenvolvimento no rio Trombetas segue um programa de ação do governo para a Amazônia, com a definição da área como Amazônia Legal, a partir de distintos recursos naturais, potenciais econômicos e recursos humanos, mediante à concepção dos chamados “polos”. Em tal plano, “a organização racional do espaço representa a tradução, em termos geográficos” (SUDAM, 1976, p. 60 *apud* Farias Júnior, 2016, p. 278).

Logo, os projetos econômicos enumeraram em 55 “áreas polo”, referentes à exploração mineral, madeireira, agricultura e pecuária, além de zonas para o desenvolvimento de processos industriais, vide a instalação do Polo Industrial de Manaus. Dessa maneira, foram estabelecidos, por exemplo, os “polos agrominerais”, como os “polos”: Rondônia, Trombetas, Carajás e Amapá.

Todas essas ações foram executadas pelo Programa de Integração Nacional – PIN, criado com a finalidade específica de financiar o plano de obras de infraestrutura, nas regiões compreendidas nas áreas de atuação da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste – SUDENE e da Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia – SUDAM, e promover sua mais rápida integração à economia nacional (Brasil, 1970 *apud* Farias Júnior, 2016).

Contudo, a bacia do rio Trombetas é constituída por diferentes ocupações humanas (povos indígenas, quilombolas, ribeirinhos, entre outras territorialidades) que são “formas de resistência”, as quais contrapõem o todo amazônico tido como vazio demográfico. Em tal sentido, “essas áreas foram dispostas no mercado de terras para fins da extração mineral tendo em vista que figuravam juridicamente como terras devolutas” (Farias Júnior, 2016, p. 278).

Todos esses atos do governo atraíram projetos mineradores, de infraestrutura e econômico. Na maioria das vezes, esses projetos são alheios aos sujeitos locais, pois impõem novos modelos de organização territorial, de acordo com os impactos e benefícios que deles advêm (Pinto; Monzoni Neto; Ang, 2018).

Para Acevedo Marin e Castro (1998, p. 205), “a decisão de explorar as jazidas de bauxita deram-se nos delineamentos do polo mineral do Trombetas. A política de desenvolvimento regional realizava um ajuste na sua estratégia”, vez que consolidou o projeto minerador no Polo Trombetas.

A partir da década de 1970, a área da bacia do rio Trombetas passou a ser alvo de inúmeros interesses econômico. Com o descobrimento de “abundantes” reservas de bauxita, intensificam-se os interesses minerais com várias autorizações de concessões de direito de lavra de bauxita para distintas empresas mineradoras, com isso, os habitantes dessa região passaram a ser mais vulneráveis a uma série de ameaças, como a exploração mineral e os planos de construção de hidrelétricas.

De acordo com o banco de dados do Departamento de Produção Mineral – DNPM¹, em Oriximiná existem 3.209 processos de requerimentos de pesquisa e concessão de lavra, entre tais interesses minerários estão o ouro, cobre, estanho, alumínio, chumbo, zinco, calcário, enxofre, fosfato, cassiterita, titânio, platina, cromo, prata, nióbio, entre tantos outros. Mediante os dados do DNPM, desde a década de 1960 existem 18 autorizações com concessões de lavra em nome da Mineração Rio do Norte – MRN. Todas essas concessões continuam ativas.

Em conformidade com o informativo da própria MRN², na década de 1960 a Alcan realizava pesquisa de bauxita na Amazônia. Em 1967 foi descoberto o Platô de Bauxita Saracá (médio rio Trombetas), a MRN é constituída e obtém licença de pesquisa e concessão de lavra para a exploração mineral no rio Trombetas, com isso, deu início a seu projeto minerador.

Atualmente, apenas a MRN mantém efetivamente a exploração minerária no rio Trombetas, consolidou-se como a maior produtora de bauxita, mas não investiu o suficiente em programas de preservação ambiental, o que ocasionou em vários processos de degradação ambiental, tal como desmatamentos com a supressão de grandes áreas de florestas e a poluição de cursos d’água, como ocorrido com o lago Batata. Com o início da exploração pela MRN, os “rejeitos de bauxita” foram despejados no lago, o que propiciou sua contaminação e assoreamento.

¹ Cf. <http://www.dnpm.gov.br/>

² Disponível em: <http://www.mrn.com.br/pt-BR/Sobre-MRN/Historia/Paginas/Linha-do-Tempo.aspx>

Com a transferência dos povos indígenas dos rios Trombetas, Cachorro e Turuna, essas áreas estavam disponíveis para o interesse minerários. Cinco anos após a “transferência” dos Katxuyana, chega à região a empreiteira Andrade Gutierrez para abrir, em meio à floresta, um trecho da BR-163, com 220km que liga Cachoeira Porteira à BR-210, conhecida como “Perimetral Norte”. Um caminho para a saída das riquezas minerais exploradas da região mineradora ao Atlântico. Na sequência, foram incorporadas políticas de aproveitamento hídrico com objetivo de se construir barragens com a instalação de usinas hidrelétricas, dessa maneira, a Eletronorte contrata a empresa ENGE-RIO para realizar tais estudos de viabilidade, firmou com a Andrade Gutierrez a responsabilidade pela execução da obra. Porém, os dois últimos projetos não chegaram à concretização, ficou na área do Trombetas apenas a exploração de minérios (Farias Júnior, 2016).

Com a consolidação dos interesses mineradores no rio Trombetas, o Polamazônia a mesma política pública que, incentivada a polo minerador, financiou os estudos para a implantação da Reserva Biológica do Rio Trombetas – REBIO. Para Acevedo Marin e Castro (1998), a MRN atuou como coadjuvante para a criação desta Unidade de Conservação:

Isso parece ironia depois de ter sido reconhecida sua contribuição para a degradação do lago Batata e para o desmatamento do terreno previsto para a formação do reservatório da UHE Cachoeira Porteira (Acevedo Marin; Castro, 1998, p. 206).

A REBIO Trombetas não representa obstáculo ao funcionamento do projeto minerador da MRN. Quando necessário, são emitidas as autorizações necessárias para o pleno funcionamento do transporte da bauxita. Dessa forma, posso me referir a Autorização No. 12/2000, do Instituto do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis-IBAMA, que permitiu a “dragagem” de sedimentos do leito do rio Trombetas, dentro dos limites da REBIO Trombetas, em área correspondente ao porto da mineração.

As questões quanto ao argumento de que tais políticas públicas de implantação de Unidades de Conservação no rio Trombetas correspondem aos interesses empresariais do setor de mineração, observa-se que em 1989 foi criada a Floresta Nacional de Saracá-Taquera, com 429.600ha, conforme o Decreto nº 98.704, de 27 de dezembro de 1989, assinado pelo Presidente José Sarney. Observa-se que a assinatura deste Decreto acontece cinco dias após a inauguração da nova Planta de Lavagem de “rejeitos de bauxita” da MRN, que ocorreu em 22 de dezembro de 1989, com a presença do Presidente José Sarney.

O início do processo de exploração florestal para a secagem da bauxita acontece no mesmo ano que a MRN embarca o primeiro carregamento de bauxita, no mesmo ano que é criada a REBIO Trombetas, ou seja, em 1979. É oportuno mencionar que as autorizações para a construção da UHE Cachoeira Porteira, ou somente UHE Porteira, ainda não estavam todas emitidas, mesmo

assim, a empreiteira tinha a construção como certa. O desmatamento chamou novamente a atenção da mídia nacional para o rio Trombetas, que noticiava mais uma vez a degradação ambiental ligada à MRN, com impactos análogos ao que tinha acontecido com o lago Batata.

A bacia do Trombetas experimentou altos e baixos populacionais, muitos trabalhadores de cidades vizinhas foram atraídos pela oferta de emprego, os trabalhadores que não conseguiam se “fichar” seguiam em frente em busca de outra oportunidade. Com o encerramento do contrato para o fornecimento de madeira para a MRN, a Andrade Gutierrez conheceu os planos oficiais que previam a construção de uma UHE na região de Cachoeira Porteira, aproveitou a oportunidade e alugou sua estrutura para a ENGE-RIO, empresa de pesquisa energética contratada pela Eletronorte para a realização dos estudos e levantamentos de impacto ambiental da futura UHE de Cachoeira Porteira (ENGE-RIO/INPA), temática que será verificada a seguir.

Ameaça ao território: UHE de cachoeira porteira como projeto de (des)territorialização anunciada

No Brasil, a construção de usinas hidrelétricas foi intensificada em função das obras ligadas ao setor industrial e mineral, alicerçado pelas políticas desenvolvimentistas, as quais são as maiores consumidoras dessa energia (Bermann, 2012; Sevá Filho, 1991). No entanto, as populações tradicionais localizadas na área de influência das hidrelétricas e que podem ser desterritorializadas como condição para a instalação dessas obras, muitas vezes não são consideradas dentro da política desenvolvimentista planejada para a Amazônia, devido a duas escalas de interesses:

De um lado, as populações ribeirinhas que resguardam a terra como patrimônio da família e da comunidade, defendido pela memória coletiva e por regras de uso e compartilhamento dos recursos; de outro lado, o Setor Elétrico, incluindo-se o Estado e empreendedores públicos e privados que, a partir de uma ótica de mercado, entendem o território como propriedade, e, como tal, uma mercadoria passível de valoração monetária (Zhour; Oliveira, 2007, p. 120).

A inserção de uma hidrelétrica na Amazônia gera impactos de diversas ordens: ambiental, social, econômica, cultural. Além dos impactos serem os mais diversos, esses possuem escalas geográficas, ou seja, quanto mais próximo da área de instalação do projeto, mais expressivos tendem a ser os impactos negativos e conflituosos, principalmente por envolverem populações locais sobre as áreas de influência direta da obra. No entanto, se os impactos são analisados em outra escala (âmbito regional ou nacional), as vantagens são evidenciadas, adquirem um caráter muito mais econômico do que ambiental e social (Cavalcante, 2012).

Dentre as discussões de usinas hidrelétricas na Amazônia, uma das questões é a visão da possibilidade de desenvolvimento econômico e a potencialidade da região a ser explorada e

integrada a outras partes do país. Por muitos anos perpetuou e ainda perpetua uma visão externa com relação à Amazônia, de que há um vazio demográfico e econômico, como argumento sobre a necessidade da instalação dessas grandes obras de infraestrutura, contexto que justificaria a instalação de várias usinas hidrelétricas na região (Garcia, 2006; Gonçalves, 2001 *apud* Cavalcante, 2012).

Nessa perspectiva estão inseridos os estudos hidrelétricos dos rios Trombetas e Erepecuru, no Pará, Uatumã e Jatapu, no Amazonas, no antigo Território Federal de Roraima, entre os anos de 1973 a 1976. Em 1985, no Relatório de Atividades-Exercício de 1984, a ELETRONORTE comunica os acionistas que “prossegiram os estudos de viabilidade da UHE Cachoeira Porteira, no rio Trombetas”.

Em 1988, o chefe da Divisão de Concessão de Águas e Eletricidade, através da Portaria nº 224, de 23 de setembro de 1988, aprova o Estudo de Viabilidade Técnico-Econômica da Usina Hidrelétrica Cachoeira Porteira, apresentado pela ELETRONORTE.

De acordo com a Portaria nº 224, de 23 de setembro de 1988, a UHE Cachoeira Porteira estaria dividida em duas etapas: a primeira no rio Trombetas e a segunda no rio Mapuera, ambas com potência de 700 MW, que totaliza 1.400 MW. A portaria fixa ainda o prazo de dois anos para a apresentação do Projeto Básico. No dia 30 de setembro de 1988, o presidente da República sancionou o Decreto nº 96.883186 e outorgou à ELETRONORTE a concessão para o aproveitamento da energia hidráulica nos rios Trombetas e Mapuera.

Na edição de 06 de janeiro de 1989, O Liberal publica que a SESPА montaria uma equipe para analisar os Relatórios de Impactos Ambientais-RIMA de Cachoeira Porteira e Kararaô (Belo Monte-Altamira, Pará). O RIMA da UHE Cachoeira Porteira teria sido entregue no início do ano de 1987, sendo emitida uma Licença Prévia. A edição do dia 11 de janeiro de 1989, do mesmo periódico, a SESPА comunicou a ELETRONORTE a necessidade da realização de uma audiência pública para discutir em Oriximiná a concessão da Licença de Instalação. Nessa mesma ocasião a ELETRONORTE protocola um ofício solicitando informação para a publicação do edital de licitação para as obras de infraestrutura e construção da usina até março de 1989.

Documentos, como o Plano Diretor de Meio Ambiente do Setor Elétrico 1991/1993–PDMA (Vol. I), indicam que a UHE Cachoeira Porteira estava prevista para ser executada em duas etapas (rio Trombetas e Mapuera). A primeira etapa, referida ao rio Trombetas era para iniciar a construção em 1992, com o início da operação para junho de 1997, e inundaria uma área de aproximadamente 912 km².

No estudo, os custos do alagamento dessa região não seriam elevados devido ao baixo nível de atividades econômicas, ausência/precariedade de infraestrutura e solos poucos férteis. O

mesmo documento aponta que seriam afetadas 1.813 pessoas, das quais 1.200 referem-se aos indígenas do povo “Wai Wai e seis outros”, mas não especifica as outras 613 pessoas, como as comunidades quilombolas e ribeirinhos que habitam a área impactada pelo reservatório. Refere-se também aos impactos às tartarugas, a REBIO e a Terra Indígena Nhamundá-Mapuera, estes últimos considerados como impacto indireto. Tal documento utiliza como fonte o “estudo de viabilidade” (Farias Júnior, 2016).

Contraditoriamente, o documento apresenta a área do reservatório, ou seja, o lago formado pela barragem, como uma proposta de “área ambiental” a ser implantada. Uma “área ambiental” com as mesmas dimensões do lago, 912km². Para Ferreira (1993), a construção da UHE Cachoeira Porteira foi “inicialmente idealizada para atender à demanda energética da denominada Área da Bauxita, situada às margens do rio Trombetas, onde estava prevista a instalação de um complexo mínerometalúrgico” (Ferreira, 1993, p. 11 *apud* Faria Júnior, 2016, p. 11). Para o autor, tal demanda foi posteriormente substituída pelo aumento do consumo de energia na margem esquerda do Amazonas, que passou a ter a prioridade da atenção.

De acordo com a edição de 15 de outubro de 1989, do jornal O Liberal, a ELETRONORTE comunicou à Câmara dos Vereadores de Oriximiná sobre as mudanças no projeto, com a transferência da barragem para nove quilômetros à montante da Cachoeira Porteira, para uma cachoeira denominada Vira-Mundo, o que represaria somente o rio Trombetas. O referido periódico ainda destaca que estava prevista, para essa etapa, a linha de transmissão para levar a energia gerada para Manaus, com extensão de uma linha para Oriximiná; para a segunda fase seria a construção de linhas de transmissão que levassem energia para cidades da margem esquerda do rio Amazonas, como Prainha e Faro.

É oportuno lembrar que, na década de 1968, os Katxuyana foram transferidos de seus territórios de origem (bacia do Trombetas). Tal período corrobora com o surgimento do interesse no potencial hidrelétrico do rio Trombetas, objeto de pesquisas desde a década de 1960.

Nesse período é oportuno mencionar que a ELETRONORTE fez um relatório, o qual afirma que a Hidrelétrica de Cachoeira Porteira não afetará diretamente nenhum povo indígena, que não existem áreas de ocupação permanentes no Alto Trombetas, que somente Cachoeira Porteira seria deslocada para uma “vila” com infraestrutura, e para “os ribeirinhos” que residem na jusante da barragem, seria criada uma “unidade de proteção ambiental com intervenção fundiária”; que a Terra Indígena não seria atingida pela inundação, mesmo assim, teria proporcionado a demarcação da “reserva” com 1.022.400 hectares, como também a elaboração de formas para transportar os indígenas através do lago (Farias Júnior, 2016).

Em 1989 houve uma ação dos movimentos sociais do Baixo Amazonas paraense contra a barragem no rio Trombetas, articulado pela Comissão dos Atingidos pela Barragem do Trombetas – CABT, fundada em julho de 1989. A ARQMO tinha apoio da Universidade Federal do Pará – UFPA, de organizações do movimento negro, como o do Centro de Estudos e Defesa do Negro do Pará – CEDENPA, da Associação Cultural Obidense-ACO, de organizações não governamentais como a Comissão Pró-Índio de São Paulo – CPI-SP e entidades confessionais.

A ARQMO, CABT e entidades programaram para os dias 13, 14 e 15 de outubro de 1989, o “Primeiro Seminário sobre as Barragens de Cachoeira Porteira”, organizado para discutir os “efeitos sociais” e ambientais causados, mesmo na fase inicial de estudos, conforme publicou O Liberal, em 09 de outubro de 1989 (*apud* Farias Júnior, 2016). A edição de 15 de outubro do mesmo periódico relatou na reportagem que o “Projeto da Eletronorte está ameaçado”, que a CABT iria ajuizar uma ação contra o projeto da ELETRONORTE, tal como decidido no seminário, do qual participaram 270 representantes de 12 comunidades.

Esta forte pressão dos movimentos sociais paralisou a construção da Hidrelétrica de Cachoeira Porteira, o que, de algum modo, deixou as comunidades tradicionais e povos indígenas mais tranquilos, principalmente, com relação à proteção de territórios.

Por mais de uma década não se ouvia falar sobre o projeto UHE Cachoeira Porteira, até que em 2008 surgem novos estudos para inventariar o potencial hidrelétrico da bacia do rio Trombetas. Tais demandas encontraram novos obstáculos: as comunidades quilombolas de Oriximiná se organizam em distintas associações, 35 delas estão filiadas à ARQMO, com longo processo de reivindicação territorial, e Cachoeira Porteira, representada juridicamente pela AMOCREQ-CPT, e os povos Katxuyana, Tunayana e Kahyana retornaram às suas “terras tradicionalmente ocupadas”. Nesse período, surgiram “novas aldeias” no rio Mapuera, inclusive na área prevista para a construção da 2ª etapa da UHE Cachoeira Porteira.

No referido relatório apresentado à EPE, a empresa Hydros Engenharia Ltda. teve dificuldades para a realização do estudo de inventários da bacia hidrográfica do rio Trombetas. A “mais relevante foi devido à resistência das comunidades remanescentes de quilombos em permitir a passagem da equipe técnica pelo rio Erepecuru, fato que impede o acesso a uma parte da bacia do rio Trombetas” (EPE, 2009, p. 102 *apud* Farias Júnior, 2016, p. 322). Diante da interrupção do Contrato nº EPE-028, a EPE abriu nova licitação (Farias Júnior, 2016).

Com o intuito de minimizar possíveis contratemplos à realização do estudo de inventário da bacia hidrográfica do Rio Trombetas, a EPE e o Consórcio FERMA/IGPLAN organizaram, em Cachoeira Porteira, no dia 20 de agosto de 2014, uma reunião informativa sobre os estudos. Participaram da reunião representantes da AMOCREQ, ARQMO, dos povos indígenas do

Mapuera, Cachorro e Trombetas, CPT, STRO, Ministério Público Federal – MPF e Câmara Municipal de Oriximiná.

A partir da exposição por parte de funcionários da EPE e Consórcio FERMA/IGPLAN, os participantes puderam fazer perguntas e se manifestar. “*Quilombolas e indígenas manifestaram-se pela paralisação dos estudos até que se solucionasse o impasse sobre o reconhecimento e demarcação das terras indígenas e quilombolas*” (Juventino Kaxuyana).³

No dia 22 de agosto, o MPF de Santarém Recomenda (3º OFÍCIO/PRM/STM Nº4, 22 DE AGOSTO DE 2014) para a SEMA, IBAMA e ICMBio à suspensão de licenças ou autorizações expedidas para a EPE ou qualquer subcontratada para a realização de pesquisas na bacia hidrográfica do rio Trombetas, até que se proceda a consulta prévia, livre e informada da Convenção 169 da OIT com os povos indígenas e comunidades tradicionais da área do projeto hidrelétrico. Desta maneira, a pesquisa encontrava-se paralisada.

Contudo, no dia 22 de janeiro de 2019, o secretário especial de Assuntos Estratégicos da Presidência da República, General Santa Rosa, em uma entrevista à rádio Voz do Brasil, anuncia a intenção de retomar a construção da Hidrelétrica de Cachoeira Porteira como parte do Projeto Barão do Rio Branco, que objetiva integrar a região ao “aparato produtivo nacional”, e prevê também a instalação de ponte sobre o Rio Amazonas (no município de Óbidos) e a conclusão da rodovia BR-163 até a fronteira com Suriname.

Após o anúncio do General Santa Rosa, os habitantes daquela área da bacia do Trombetas temem por seus territórios, pois sabem que os impactos decorrentes da implantação de uma usina hidrelétrica são variados, poderá alterar de forma permanente a região, inundando áreas importante para a manutenção social dessa população. Esse processo se manifesta em escalas distintas de poder, seja na territorialização do capital e Estado, a partir da construção da hidrelétrica, o que pode implicar na desterritorialização da população afetada que é caracterizada pelo deslocamento populacional forçado, evidenciando relações desiguais de poder.

Somado a isso, é a partir da desterritorialização que se inicia a restrição no uso dos recursos naturais e resulta na alteração das atividades econômicas realizadas pelos moradores, nesse caso, o povo Katxuyana está inquieto desde o anúncio da retomada do projeto hidrelétrico, uma vez que estão localizados na área de influência da usina.

Há, neste sentido, uma sobreposição de interesses mediante a justificativa do suprimento da demanda energética nacional em detrimento das comunidades locais, essa relação de poder

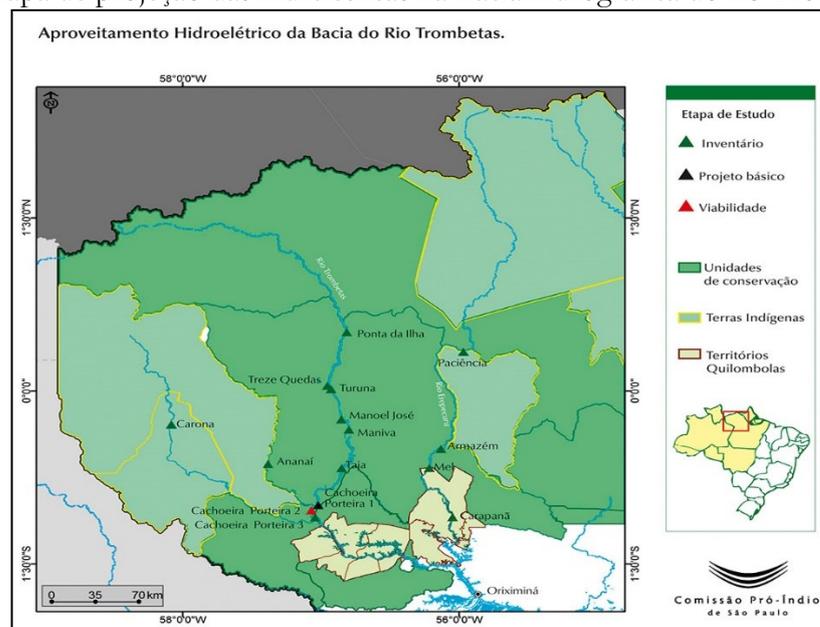
³ Entrevista realizada com Juventino Kaxuyana em: 03/02/2021.

desigual encontrada na área é demonstrada pela desterritorialização anunciada, em função da territorialização da hidrelétrica de Cachoeira Porteira.

De acordo com o presidente da Associação Indígena Katxuyana Tunayana Kahyana - AIKATUK⁴, a (des)territorialização de sua população que será afetada pela hidrelétrica de Cachoeira Porteira, ainda não se tem nenhuma prerrogativa da empresa e do Estado, como por exemplo, saber para onde essas aldeias serão alocadas, visto que para o Estado essa área da bacia do Trombetas nunca saiu das projeções energéticas.

No PNE de Energia 2030, o Ministério de Minas e Energia projeta 15 hidrelétricas na bacia do rio Trombetas, consiste em 01 com o Projeto Básico, 01 com Estudo de Viabilidade e com Inventário. São elas: no rio Trombetas: Cachoeira Porteira 1, Cachoeira Porteira 2, Cachoeira Porteira 3, Tajá, Maniva, Manoel José, Turuna, Treze Quedas e Ponta da Ilha; rio Cachorro: Ananai; rio Mapuera: Carona; e, rio Erepecuru: Paciência, Armazém e Mel (mapa 3).

Mapa 3 - Mapa de projeção das hidrelétricas na Bacia hidrográfica do rio Trombetas



Fonte: EPE (2007).

Para a EPE (2007), o potencial da bacia hidrográfica do rio Trombetas está estimado 6.236 MW, o que representa 8,1% do potencial da Bacia do Amazonas, deste total, 1.491 não teriam restrições ambientais. Os novos estudos que estariam em fase de realização estimam-se um aproveitamento de 3.000MW, porém, inundariam 5.530km, atingiriam diretamente a Conservação da Biodiversidade-APCB; Terras Indígenas-TI; Assentamentos do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária-INCRA; e Unidades de Conservação de proteção integral.

⁴ Entrevista realizada em: 05/02/21.

Geralmente, no processo de instalação desses projetos ocorrem vários conflitos, principalmente por não haver participação dos sujeitos locais. Isso ocorre devido às políticas serem decididas em escala governamental, que envolve apenas gestores, agências de pesquisa e regulação estatal, empreendedores e, em alguns casos, consultorias ou instituições contratadas para os estudos de viabilidade, que, apenas no início da implementação, realizam audiências públicas com a população local, momento em que tomam conhecimento do projeto e suas implicações em seu território.

Logo que chegam nessas localidades e ocorrem as audiências públicas, já existe um “pacote” pré-estabelecido a ser executado, com poucas chances de modificação. Apesar disso, em alguns casos, especialmente quanto aos reassentamentos, obras sociais de uso coletivo no município, valoração de propriedades, dentre outras, com muita resistência e organização da comunidade local, podem ocorrer algumas alterações durante o período de negociação.

Para alguns, a implantação de uma hidrelétrica é sinônimo de progresso e desenvolvimento, dada a instalação de infraestrutura no entorno do projeto, geração de empregos e circulação do capital traduzidos como melhoria de vida para as populações locais.

Essa tem sido uma das estratégias para que haja uma aceitação por parte da população local. No entanto, a instalação de uma hidrelétrica representa uma alteração no uso dos recursos naturais das populações locais, que não recebem os benefícios dessas hidrelétricas. Essa é a principal inquietação que os indígenas vivem: “*eles nem conversam com a gente, não sei como vai ficar nossa vida*” (Presidente da Associação de Mulheres Indígenas do Município de Oriximiná – AMIRMO).⁵

Para os Katxuyana o território possui características específicas, onde suas atividades produtivas e de subsistências estão ligadas diretamente ao uso dos recursos naturais (rio, floresta, solo), sendo elementos essenciais à organização territorial das aldeias. Atualmente, residem 43 famílias no território, com aproximadamente 418 pessoas (IBGE, 2010). A maioria das famílias habitam em casas de madeiras, distribuídas em nove aleias na região do Alto Paru do Oeste, no rio Nhamundá e no rio Cachorro (Katxuru), afluentes da bacia do rio Trombetas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Geralmente, a implantação de usina hidrelétrica no contexto amazônico passa a ter uma discussão polêmica por conta do perfil das comunidades que moram ao longo dos rios onde estas obras são instaladas, como é o caso da comunidade analisada, pois, para os indígenas Katxuyana, o rio está relacionado à subsistência de seu povo, com a inserção da obra da usina, o rio passa a

⁵ Entrevista realizada no dia 05/02/2021.

uma demanda nacional. É neste contexto em que se chocam os interesses manifestados no território, já que há uma incompatibilidade no uso de um mesmo recurso.

Os Katxuyana exercem relações diferenciadas com o território, onde possuem uma ligação social, cultural e econômica. Deste modo, os coletivos indígenas, através de suas representações e organizações sociais, utilizam-se das formas simbólicas como elementos relacionados à defesa de sua territorialização, efetivada pela cosmogonia, experiência socioespacial e ancestral de construção de mundo.

Essa atuação é o único meio que disponibilizam para a defesa de seu território e de sua cultura. A desterritorialização produzirá fissuras profundas em seu modo de vida, ao passo que não podem contar com a ajuda dos poderes constituídos na solução dos problemas, uma vez que são eles os agentes desse processo. Portanto, não há como se falar em promover o desenvolvimento local, sem considerar os atores locais na formulação de estratégias, na tomada de decisões econômicas e na sua implementação.

Deste modo, a possível implantação da hidrelétrica Cachoeira Porteira marcará o início de impactos no território analisado, cuja principal justificativa para sua a implantação na Amazônia está pautada no discurso desenvolvimentista. No entanto, a apropriação da área incide diretamente na forma de organização territorial do povo indígena Katxuyana, de modo a cristalizar os conflitos decorrentes das escalas de atuação e objetivação social. Desta forma, surge preocupações do povo Katxuyana, a partir de suas organizações sociais para com seu território vivido, que será intensamente afetada pela construção/instalação dessa hidrelétrica.

REFERÊNCIAS

ACEVEDO MARIN, Rosa E.; CASTRO, Edna M. Ramos de. **Negros do Trombetas: guardiães de matas e rios**. 2. ed. Belém: Cejup/UFPA/NAEA, 1998.

ALMEIDA SILVA, Adnilson de. **Territorialidades, identidades e marcadores territoriais Kawahib da Terra Indígena Uru-Eu-Wau-Wau em Rondônia**. Jundiaí: Paco Editorial, 2015.

BERMANN, Célio. O setor elétrico brasileiro e a sustentabilidade no século 21: cenário atual e desafios. In: MOREIRA, Paula Franco (ed.). **O setor elétrico brasileiro e a sustentabilidade no século 21: oportunidade e desafios**. Brasília: Rios Internacionais - Brasil, 2012. p. 17-22.

BRASIL. Ministério de Minas e Energia. Sistema FURNAS. **Sistemas Furnas de geração e transmissão – usina hidrelétrica**. Brasília: Eletrobras Furnas, 2013. Matérias da Eletrobras.

CAIXETA DE QUEIROZ, Ruben; GIRARDI, Luísa Gonçalves. Dispersão e concentração indígena nas fronteiras das Guianas: análise do caso Kaxuyana. **Revista Brasileira do Caribe**, Goiânia, GO, v. 13, n. 25, p. 15-42, 2012.

CAVALCANTE, Maria Madalena de Aguiar. **Hidrelétricas do Rio Madeira-RO: território, tecnificação e meio ambiente**. 2012. Tese (Doutorado em Geografia) – Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2012.

CAVALCANTE, Maria Madalena de Aguiar; PUJOL, Antoni Francesc Tulla. Hidrelétricas e (re)ordenamento do território: uma comparação entre os povos amazônicos (Brasil) e das montanhas da Catalunya (Espanha). **Confins**. Revue franco-brésilienne de géographie/Revista franco-brasileira de geografia, n. 36, 2018. Disponível em: <https://doi.org/10.4000/confins.14107>. Acesso em: 20 jun. 2020.

COSTA SILVA, Ricardo Gilson da. A desamazonização da Amazônia: conflitos agrários, violência e agrobandidagem. *In*: CONFLITOS no Campo Brasil. Goiânia: CPT Nacional, 2022. v. 1, p. 104-111.

EPE - EMPRESA DE PESQUISAS ENERGÉTICAS. **Plano nacional de energia 2030**. Brasília: Ministério das Minas e Energia – MME: Empresa de Pesquisas Energéticas-EPE, 2007. (Geração de Energia, fasc. 3).

FARIAS JÚNIOR, Emmanuel de Almeida. **Megaprojetos inconcludentes e territórios conquistados**: diferentes processos sociais de territorialização da comunidade quilombola de Cachoeira Porteira, Oriximiná, Pará. 2016. Tese (Doutorado em Antropologia Social) - Universidade Federal do Amazonas, Manaus, 2016.

FERNANDES, Bernardo M. Agronegócio nas Américas: o mito do desenvolvimento e a resistência do camponês. *In*: ENCONTRO DE GEÓGRAFOS DA AMÉRICA LATINA, 10., 2005, São Paulo. **Anais** [...]. São Paulo: USP, 2005. p. 4860- 4864.

FRIKEL, Protássio. Os **Kaxuyana**: notas etno-histórica. Belém: Museu Paraense Emílio Goeldi, 1970. (Publicações Avulsas, n. 14).

GIRARDI, Luísa. **Gente do Kaxuru**: mistura e transformação entre um povo indígena Karib-Guianense. 2011. Dissertação (Mestrado em Antropologia) – Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, MG, 2011.

HAESBAERT, Rogério. Da desterritorialização à Multiterritorialidade. *In*: X Encontro de Geógrafos da América Latina. *In*: ENCONTRO DE GEÓGRAFOS DA AMÉRICA LATINA, 10., 2005, São Paulo. **Anais** [...]. São Paulo: USP, 2005. p. 6774-6792.

HAESBAERT, Rogério. Des-caminhos e perspectivas do território. *In*: RIBAS, Alexandre D.; SPOSITO, Eliseu S.; SAQUET, Marcos A. **Território e desenvolvimento**: diferentes abordagens. Francisco Beltrão: Unioeste, 2004. p. 87-119.

HAESBAERT, Rogério. **Des-territorialização e identidade**: a rede gaúcha no Nordeste. Niterói: Eduff, 1997.

IBGE. **Os indígenas no censo demográfico 2010**. Brasília, DF: IBGE, 2010.

INSTITUTO DE PESQUISA E FORMAÇÃO INDÍGENA – IEPÉ. 2017. Disponível em: <https://institutoiepe.org.br/>. Acesso em: Acesso em: 18 fev. 2020.

INSTITUTO DE PESQUISA E FORMAÇÃO INDÍGENA – IEPÉ. 2020. Disponível em: <https://institutoiepe.org.br/>. Acesso em: 18 fev. 2020.

INSTITUTO DE PESQUISA E FORMAÇÃO INDÍGENA – IEPÉ. **Por que demarcar a Ti Katxuyana-Tunayana?** Conheça seis das principais razões. São Paulo: IEPÉ, 2014. Disponível em: <https://institutoiepe.org.br/2014/12/por-que-demarcar-a-ti-katxuyana-tunayana-conheca-seis-das-principais-razoes/>. Acesso em: 18 fev. 2020.

MEIRA, Sérgio. A família linguística Caribe (Karíb). **Revista de Estudos e Pesquisas**, Brasília, v. 3, n. 1/2, p. 157-174, 2006.

PAZ, Luciana R. Leal da. **Hidrelétricas e Terras Indígenas na Amazônia: desenvolvimento sustentável?** 2006. Tese (Doutorado em Planejamento Energético) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2006.

PENHA, Luciene Monteiro; SILVA, Adnilson de Almeida. The territorialization of the Katxuyana indigenous in the Trombetas Region, Western Pará. **Cerrados**, Brasília, DF, v. 20, n. 2, p. 84-105, 2022. DOI: 10.46551/rc24482692202220

PINTO, Daniela G.; MONZONI NETO, Mario Prestes; ANG, Hector Gomez (org.). **Grandes obras na Amazônia: aprendizados e diretrizes**. 2. ed. São Paulo: FGV-EAESP/FGVces, 2018. ISBN 978-85-94017-12-3. Recurso eletrônico.

RAMOS, Alcida Ramos. **Sociedades indígenas**. São Paulo: Ática, 1986.

SEVÁ FILHO, Arsênio Oswaldo. Como estão as "manchas acidas" no Brasil? **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 5, n. 11, p. 81-107, abr. 1991.

Recebido em: 29 de fevereiro de 2024

Aceito em: 08 de março de 2024